

Copyright © by
Gilvan Ventura da Silva, Norma Musco Mendes (orgs.) *et alii*, 2006

Direitos desta edição reservados à
MAUAD Editora Ltda., em co-edição com
a Editora da UFES (EDUFES).

Mauad Editora: Rua Joaquim Silva, 98, 5º andar
Lapa — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20241-110
Tel.: (21) 3479.7422 — Fax: (21) 3479.7400
www.mauad.com.br

EDUFES: Av. Fernando Ferrari, 514
Vitória -- ES — CEP: 29075-710
Tel.: (27) 3335.2370

Projeto Gráfico:
Núcleo de Arte/Mauad Editora

Revisão:
Sandra Pássaro

Ilustração da capa:
Segmentos da *Tabula Peutingeriana*.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SÍNDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

R336

Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e
cultural / Gilvan Ventura da Silva; Norma Musco Mendes (organizadores).
– Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006

Inclui bibliografia

ISBN 85-7478-181-9

1. Roma - História - Império, 30 a.C.-476 d.C. 2. Roma - Política e governo -
30 a.C. - 476 d.C. I. Ventura, Gilvan. II. Mendes, Norma Musco.

CDD 937.06

CDU 94(37)

CAPÍTULO VIII

Os Severos e a Anarquia Militar

Ana Teresa Marques Gonçalves

O interessante na História é que há várias formas de se narrar um determinado encadeamento de acontecimentos. Durante muito tempo, os autores que estudaram o Alto Império Romano identificaram a dinastia dos Antoninos como um período de ápice do sistema político imperial, vendo todos os períodos posteriores como governos responsáveis por levarem à tão propalada “decadência” do Império. Os Severos, por terem sucedido os Antoninos no poder, foram vistos como Príncipes em parte responsáveis por várias crises que abalaram as bases imperiais, na passagem do II para o III século d.C. Neste capítulo, objetivamos perceber como os governos dos imperadores da dinastia severiana foram vistos pela historiografia e como paulatinamente tem-se reconstruído a imagem por eles deixada, estando o mesmo processo ocorrendo com os governos dos Príncipes que ascenderam ao poder entre os anos 235 e 284 d.C., período este chamado costumeiramente de “Anarquia Militar”, “Crise do Terceiro Século” ou “Período dos Imperadores-Soldados”.

O surgimento de mais uma dinastia de imperadores, após outra crise sucessória aberta com o assassinato de Cômodo, mandado executar por seu Prefeito do Pretório, chamado Leto, em 192 d.C., e posteriormente agravada com a eliminação de Pertinax pelos Pretorianos, levou a um realinhamento das forças sociopolíticas no interior do Império Romano. Cômodo, durante seu governo (180-192 d.C.), enfrentou diversas conspirações, como a promovida por sua irmã Lucila em 182 d.C., que contou com o apoio de alguns senadores, e as engendradas por seus Prefeitos do Pretório Perênio e Cleandro, respectivamente em 185 e 189 d.C. Deste modo, a conjuração de Leto, apoiada pela esposa de Cômodo, Márcia,

e por alguns senadores e membros da Guarda Pretoriana, foi apenas o cume de um processo que vinha se estruturando há muito tempo.

A Guarda Pretoriana, cada vez mais, alcançou, durante a dinastia dos Antoninos, destaque no cenário político romano. De defensores da pessoa do Imperador, os membros da Guarda foram assumindo inúmeras outras funções, como a defesa do Palácio e da família do Príncipe, até chegarem a ponto de se sentirem os responsáveis pela proteção do cargo imperial e pela indicação dos soberanos. Assim, não é de se estranhar que o sucessor de Cômodo, Públio Hélvio Pertinax, senador eminente e rico, Prefeito da Cidade de Roma, indicado por seus pares senatoriais, tenha ficado apenas oitenta e sete dias no poder. Para tentar evitar o agravamento da economia, já que os cofres públicos se encontravam esvaziados desde os esforços de guerra implementados durante o governo de Marco Aurélio, Pertinax negou-se a distribuir um *donativum* de doze mil sestércios para cada membro da Guarda (Dion Cássio, LXXIV, 1.2). Os pretorianos invadiram o Palácio e assassinaram Pertinax, promovendo uma espécie de leilão do cargo imperial. Neste processo, apareceu Dídio Juliano, também senador e rico, que ofereceu vinte cinco mil sestércios para cada membro da Guarda que o ajudasse a ascender ao comando imperial. Juliano acabou acolhido pelo Senado, mas não conseguiu apoio junto às tropas estacionadas nas fronteiras. As legiões da Panônia aclamaram Septímio Severo, as estacionadas na Síria apoiaram a indicação de Pescênio Nigro e as da Bretanha indicaram Clódio Albino. Septímio foi quem se organizou mais rápido. Reuniu dezesseis legiões, proclamou-se Vingador de Pertinax e se dirigiu a Roma. Conhecia bem o Império, tendo trabalhado sob os governos dos Antoninos. Havia recebido cargos na Sardenha, na província da África, na Síria, na Sicília, na Gália. Em 193 d.C., ele entrou em Roma, fomentou a morte de Dídio Juliano e reformou a Guarda Pretoriana, identificada como a assassina de Pertinax, de quem se dizia Vingador.

Descreve, assim, Herodiano, autor da obra *História do Império Romano após Marco Aurélio*, produzida no III século d.C., a reforma da Guarda:

“Quando Severo recebeu a notícia da decisão do Senado (de proclamá-lo imperador único) e da morte de Juliano, (...) criou uma forma astuta para controlar e aprisionar os assassinos de Pertinax. Enviou de forma privada mensagens secretas com generosas promessas aos tribunos militares e aos centuriões para que persuadissem aos soldados de Roma a obedecer suas ordens com disciplina. Enviou também um recado às tropas, ordenando que deixassem todas as armas no acampamento e que saíssem em paz, (...) lhes ordenou que fossem prestar juramento de fide-

dade a sua pessoa, plenamente confiantes de que seriam sua guarda pretoriana. Os soldados confiaram nas ordens e, persuadidos pelos tribunos, deixaram todas as armas e se apressaram a sair, vestidos somente com os uniformes de cerimônia e com coroas de louros. (...) Então, Severo lhes ordenou que se agrupassem para dirigir-lhes palavras de boas-vindas. Mas quando se aproximaram dele, que havia subido numa tribuna, (...) com um sinal todos foram rodeados. Severo havia ordenado previamente a seus homens que, quando os pretorianos estivessem próximos a ele, com a atenção distraída, fossem cercados como inimigos. (...) que os mantivessem cercados e os vigiassem com suas armas (...) para que não se atrevessem a lutar por temor de serem feridos, por estarem em inferioridade numérica e desarmados frente a tropas bem armadas e numerosas” (Herodiano, II, 13.1-5).

Severo, então, fez um longo discurso no qual demonstrou bastante clemência ao lhes poupar a vida, mas obrigou-os a se despirem de todos os distintivos militares. Os Pretorianos perderam, assim, seus cargos e foram despojados de armas. Severo ainda mandou que se confiscassem as armas deixadas no Pretório e que se fechassem as portas do acampamento para que os Pretorianos não conseguissem retomar suas forças. “Este foi, pois, o castigo que receberam os assassinos de Pertinax” (Herodiano, II, 13.12). Os Pretorianos foram, então, banidos de Roma (Dion Cássio, LXXV, 1.1).

Contudo, o imperador não podia ficar sem uma Guarda de proteção. Desta forma, constituiu uma nova Guarda com os melhores soldados vindos das legiões provinciais. Até o governo de Severo, os pretorianos eram escolhidos somente entre soldados vindos da Península Itálica. Além disso, Septímio triplicou as cortes urbanas, responsáveis pela segurança da cidade de Roma; criou os *equites singulares*, isto é, um corpo de cavalaria para auxiliar na defesa do Imperador, de sua família e de seu Palácio; e estacionou nos Montes Albanos, próximos a Roma, trinta mil soldados. Todas estas medidas contribuíram para aumentar a sensação de proteção garantida ao governante, que ainda teria que enfrentar dois inimigos, que como ele queriam ocupar o cargo imperial: Pescênio Nigro e Clódio Albino.

Percebendo que não poderia lutar em duas frentes, contra Albino que vinha do Ocidente e contra Nigro que vinha do Oriente, Septímio se aliou a Albino, proclamando-o César e, portanto, indicando-o para ser seu sucessor, e atacou Nigro na Síria. As tropas severianas venceram as de Nigro, que acabou sendo assassinado quando tentava atravessar o rio Eufrates, para se refugiar no território dos Partos. Após esta vitória, Septímio decidiu indicar seus filhos, Caracala e Geta, como seus herdeiros e sucessores do comando imperial, atraindo a ira de

Albino. Este se rebelou ao perceber que não conseguiria ascender ao comando imperial. Reuniu suas legiões e atravessou a Gália, com o intento de invadir a Península Itálica. Septímio reorganizou suas legiões e foi ao seu encontro, travando a batalha de *Lugdunum*, na qual Albino foi vencido. Seus partidários foram executados, estando entre eles vinte e nove senadores favoráveis a Albino e contrários a Severo.

Num artigo clássico, intitulado *La Lotta di Settimio Severo per la Conquista del Potere*, Eugenio Manni defende que a principal arma usada por Severo para conseguir se legitimar no poder após as guerras civis travadas contra Nigro e Albino foi se declarar o continuador dos Antoninos (1947:241). Após vencer Clódio Albino, Septímio estava pronto para começar um governo sem guerras civis e com vitórias sobre os Partos, nas quais estava metido desde sua aclamação como imperador em 193 d.C. Desta forma, em 196/197 d.C., ele se dedicou a criar bases sólidas e legítimas para seu governo. Assim, mudou o nome de seu filho mais velho para Marco Aurélio Antonino, em 196 d.C. e, no ano seguinte, proclamou-se filho de Marco Aurélio e *frater Commodi*, decretando que sua *damnatio memoriae* deveria ser interrompida e substituída por uma apoteose. convencendo o Senado, após suas gloriosas vitórias internas e externas, a promover a *consecratio* de Cômodo. No mesmo ano, Caracala recebeu o título de *Imperator Destinatus*, em troca do apoio que dera ao pai ao longo das batalhas travadas no Oriente.

A lembrança das desmedidas de Cômodo assustaram o Senado, mas era impossível se vincular à imagem de Marco Aurélio sem procurar reabilitar a de Cômodo, seu filho e herdeiro.

Contudo, senadores fizeram pilhérias a respeito da inovação proposta por Severo, ao adotar um pai ao invés de ser adotado por ele. E é Dion Cássio, autor da obra *História Romana*, também produzida no III século d.C., quem nos conta:

“Quando o imperador se registrou na família de Marcos, Auspex (o importante senador A. Polênio Auspex) falou: “Eu o cumprimento, César, por ter achado um pai!”, comentando que até esse momento ele não tinha tido pai devido a seu obscuro nascimento” (Dion Cássio, LXXVII, 9.4).

Parece, desta forma, que a vinculação mais estreita à memória de Marco Aurélio teria agradado a vários senadores, mas a reabilitação de Cômodo teria provocado o efeito inverso. O nome de Marco Aurélio estava inseparavelmente unido ao epíteto de “filósofo”, pois esta foi a imagem construída por ele e que se perpetuou nos trabalhos dos historiadores antigos e modernos, uma vez que ele se manteve conforme às tradições romanas e divulgava máximas do estoicismo.

que agradavam aos aristocratas mais cultivados. Para os historiadores antigos, como Herodiano e Dion Cássio, Marco Aurélio já aparecia como o último imperador de uma Roma feliz, cujo equilíbrio teria sido rompido com a ascensão de Cômodo (GRIMAL, 1997:7 e 327), e esses autores representavam um modo de entendimento comum a alguns grupos aristocráticos, que ficaram bastante contentes com a aproximação de Septímio da imagem de Marco, mas resistiram à aproximação com a odiada imagem de Cômodo.

Septímio buscou controlar as oposições a seu governo mediante a remessa de donativos para os soldados. Além disso, criou novas estratégias para defesa das fronteiras, reforçando fortificações, construindo novas estradas para facilitar a movimentação das tropas, criando forças móveis e facilitando o recrutamento regional de soldados. Num processo que se estendia desde o governo de Domiciano, da dinastia dos Flávios, Severo aumentou o soldo dos legionários e reorganizou a *annona* militar, responsável pela distribuição de alimentos para os soldados. Permitiu o casamento oficial dos legionários e a permanência de suas famílias em cidades próximas às fortificações. Além disso, concedeu acesso direto dos centuriões à ordem eqüestre, o que lhes abria inúmeras possibilidades de ascender a cargos civis e militares.

Com estas medidas, Severo buscava obter o apoio das forças militares, mas também fortalecer as fronteiras ante os avanços dos Partos, no Oriente, e dos Bretões, que insistiam em atravessar a Muralha de Adriano. Manteve relações tensas com os senadores, visto que confiou várias legiões e governos de províncias a eqüestres, além de fortalecer o cargo de Prefeito do Pretório, que passou a ser ocupado por famosos juristas, durante o período severiano, como Papiniano, Ulpiano e Júlio Paulo, em detrimento do cargo de Prefeito da Cidade de Roma, ocupado somente por membros da ordem senatorial. As relações com o Senado pioraram após a conjuração de Plautiano, Prefeito do Pretório e amigo pessoal de Severo, como ele africano nascido em Lepcis Magna, ocorrida em 205 d.C., na qual estavam implicados vários senadores.

Seguindo o modelo deixado por Adriano, Severo fez várias viagens pelo Império, buscando conhecer seus governados, restabelecer o moral das tropas, garantir a fidelidade das elites provinciais e fiscalizar os governadores provinciais. Buscou também aproximar sua família de seu governo, dando títulos diversos a sua esposa, Júlia Domna, e a seus dois filhos e herdeiros, Caracala e Geta. Septímio morreu de doença em 211 d.C., na cidade de York, enquanto lutava contra os invasores na Bretanha.

Baseando-se na frase proposta por Dion Cássio como o último conselho de Septímio para seus filhos e herdeiros:

“Permaneçam unidos, enriqueçam os soldados e não se preocupem com os demais” (Dion Cássio, LXXVII, 17, 4).

Muitos autores defenderam que esses primeiros Severos foram os responsáveis por criar uma Monarquia Militar, buscando apoio somente entre os elementos militares para conseguirem ascender ao poder e permanecer nele por mais tempo. Esta Monarquia Militar, implantada na passagem do segundo para o terceiro séculos d.C., teria começado a dar forma a toda a crise que teria marcado os governos do quarto século d.C.

Outras frases aparecem em outras obras como as últimas palavras proferidas por Septímio. Por exemplo, tanto na obra de Aurélio Victor quanto na História Augusta, a última frase de Septímio teria sido:

“Eu fui tudo, e isto de nada me serviu” (HA, Vida de Severo, XVIII e Aurélio Victor, XX).

Na História Augusta também aparece outra frase possível de ter sido dita por Severo:

“Ocupei-me de uma pátria agitada e turbulenta e a deixo pacificada, até mesmo a Bretanha, deixando para meus filhos Antoninos, eu que estou enfermo dos pés e velho, um Império vigoroso, se é que são bons, mas temo que sua má conduta desfaça minha obra” (HA, Vida de Severo, XXIII).

Apesar da existência destas outras possibilidades, a frase destacada por Dion Cássio tem sido a base da análise de vários historiadores a respeito dos primeiros governantes severianos. A título de exemplo, vejamos esta afirmação de Francesco De Martino: “Septímio Severo, o fundador da dinastia mediante uma usurpação militar, se afastou decisivamente dos princípios do governo iluminado dos Antoninos e desde o início fez a barbarização do Estado romano, apoiando-se no elemento militar constituído a partir da massa rude da província. (...) A ascensão dos Severos implica uma luta decisiva contra a velha classe dirigente, um maior favor em direção às classes inferiores, das quais era extraído o elemento militar, a progressiva militarização dessas classes e definitivamente o nascimento de uma monarquia militar fundada sobre o elemento popular” (1974:393-394).

Mais adiante nesta mesma obra, *Storia della Costituzione Romana*, Francesco De Martino aprofunda esta concepção, afirmando que durante a dinastia severiana o regime imperial se transformou numa monarquia absoluta fundada sobre a força do exército (1974:402).

A noção de Monarquia Militar aparece na maioria absoluta das obras que trabalham ou se referem ao período severiano. Nelas, o principal argumento utilizado é que ao se aproximar das legiões, os Severos teriam se afastado da forma de governo adotada pelos Antoninos e teriam apenas se preocupado com o apoio dos soldados, conseguido mediante as benesses distribuídas e os soldos aumentados, descuidando de conseguir apoio também de outras formas, junto a outros estratos sociais.

Além disso, alguns autores mais antigos atrelaram o governo severiano ao processo de “decadência” do Império Romano. Vejamos, por exemplo, Adolph de Ceuleneer, que em sua obra *Essai sur la Vie et le Règne de Septime Sévère*, de 1874, ressalta esta vinculação: “Ele (Septímio Severo) sabia que o Império não tinha outro sustentáculo que as espadas dos soldados. Ele quis fazer de suas tropas as defensoras da dinastia, os guardiães da hereditariedade imperial. (...) Grande inconseqüência de sua política: baseando todas as suas esperanças no poder militar, ele devia – e podia – ter tornado este poder o mais forte possível, mas preferiu fazer os soldados amarem as riquezas e levarem uma vida desregrada. Ele corrompeu o exército, distribuindo benesses jamais vistas; ele o corrompeu se mostrando muito afável ao seu olhar e cobrindo os legionários de privilégios. A corrupção, a insolência e a devassidão dos soldados foram as principais causas da queda do poder romano. Todo o segredo da política de Severo se acha nas palavras que ele endereçou a seus filhos em seu leito de morte: Enriqueça os soldados e não dê nenhum olhar para o resto” (Ceuleneer, 1874:153).

Contudo, autores mais modernos têm percebido que nenhum homem consegue ficar no poder se baseando somente no apoio dos exércitos. Assim, têm surgido outras leituras do período severiano, relativizando o apoio dado aos legionários e enfatizando a ligação dos Severos com os Antoninos. No livro *L'Empire Romain en Mutation, des Sévères à Constantin*, Jean-Michel Carrié e Aline Rousselle discutem vários dos argumentos tradicionais e a qualificação de Septímio como um imperador militar e autocrata. Segundo estes autores, Septímio deveria ter sua imagem mais ligada ao direito, devido às suas destacáveis aptidões para o governo civil e para os princípios fundadores do direito romano, do que aos aspectos militares (1999:55). Sem dúvida, Septímio inaugurou uma longa série de governantes impostos ao Senado pelo exército, mas fez questão de ser legitimado pelo Senado quando entrou em Roma, tanto que correu com suas legiões para chegar a Roma e discursar diante dos senadores antes que Pescênio Nigro o fizesse. Da mesma forma, fez questão que os filhos fossem aceitos como seus herdeiros pelos senadores (CARRIÉ; ROUSSELLE, 1999:73-75). Além disso, Carrié e Rousselle nos lembram que Septímio nunca foi um general de carreira e que ele vinha de uma família extremamente ligada ao Senado (1999:72).

Outro argumento para a caracterização da Monarquia Militar, que tem sido bastante discutido, é o que se refere ao aumento dos soldos e à distribuição de donativos, como forma de conseguir o apoio irrestrito dos soldados. Quase todos os autores que usam este argumento se apóiam numa passagem de Dion Cássio, na qual Caracala teria dito aos Pretorianos, após o assassinato de Geta: “*Ninguém sobre a Terra pode ter mais dinheiro do que eu, e eu quero dá-lo todo para os soldados*” (Dion Cássio, LXXVIII, 20. 2).

Mario Mazza afirma que: “Os privilégios concedidos por Septímio Severo, e pelos seus sucessores, aos soldados foram perfeitamente justificados pela situação econômica e, na realidade, não constituíram nada além de uma necessária adequação a uma situação anterior insustentável” (1970:459).

Septímio e Caracala teriam tentado, com o aumento dos soldos, diminuir o impacto inflacionário sobre o *stipendium*, que ocorria desde o governo de Cômmodo, e com isso tornar a carreira militar mais atraente e aumentar as inscrições nas legiões. Além disso, a possibilidade de casamento dada aos soldados, entre outros benefícios descritos nas fontes textuais, faria com que os filhos dos soldados se interessassem pela carreira paterna (MAZZA, 1970:460). Para Mazza, as fontes senatoriais criticam tanto estes privilégios concedidos aos soldados porque eles permitiram que o exército deixasse de ser o braço armado das “classes dominantes” e se aproximassem mais do imperador (MAZZA, 1970:462).

Yann Le Bohec, no seu livro, *L’Esercito Romano*, demonstra, mediante um exaustivo estudo das fontes textuais, epigráficas e numismáticas, e fazendo quadros comparativos com os governos anteriores e posteriores, que os Severos não gastaram tanto assim em soldos nem em donativos (LE BOHEC 1989:283-290). Mas talvez a mais importante conclusão sobre o assunto venha do texto de Elio Lo Cascio, onde demonstra que “o Principado Severiano certamente assistiu a uma racionalização da organização interna do Império, tanto no plano administrativo e burocrático quanto no plano fiscal, graças principalmente à ação dos juristas” (1991:727).

Quanto à questão da utilização do exército para garantir a sucessão imperial, Louis Harmand traz algumas sugestões interessantes para se repensar o problema. Segundo ele, deve-se apagar a tradicional distinção entre Severos e Antoninos, pela qual os primeiros defenderam a hereditariedade enquanto os segundos teriam defendido a adoção, como formas de sucessão. Os Antoninos só adotaram porque não tiveram filhos legítimos, tanto que quando foi possível, com Marco Aurélio, se optou novamente pela hereditariedade. Além disso, Septímio procurou, inicialmente, a adoção de Clódio Albino como César, para só depois indicar os seus dois filhos como sucessores (HARMAND, 1960:21). Acrescente-se ainda que

mesmo utilizando a adoção, os Antoninos não abriram mão do apoio do exército na escolha do próximo soberano, basta lembrar as indicações de generais famosos, como Trajano e Adriano. Os Antoninos também se preocuparam com o apoio das legiões aos seus indicados, além do apoio senatorial.

Carrié e Rousselle criticam inclusive mais dois argumentos usados para identificar a Monarquia Militar Severiana. Aos que acreditam que Septímio pode ser considerado um militarista porque criou mais três legiões, aumentando o efetivo do exército, eles lembram que o filósofo Marco Aurélio tinha criado mais duas, durante o seu governo, e que esta era uma prática comum antes de se começar uma expedição de conquista; e aos que crêem que só aumento de soldo e donativos é suficiente para agradar os soldados, eles comentam que Septímio foi um dos maiores estimuladores da divulgação do culto imperial entre os soldados, estimulando a ideologia da Vitória, ligada à Roma e ao imperador, a existência de estátuas nos acampamentos e as celebrações de datas comemorativas dedicadas a membros da *domus divina* (CARRIÉ; ROUSSELLE, 1999:73-75).

Devemos ainda comentar que a tal ruptura com o sistema dos Antoninos, que teria gerado a “decadência” do Império, também tem sido criticada. Por exemplo, Drora Baharal, na sua Tese de Doutorado na Universidade de Israel, defendeu que até em termos estéticos, Septímio procurou manter a continuidade com os antecessores (1996), além da preocupação em reabilitar a figura de Cômodo, em se dizer filho de Marco Aurélio e em adotar o nome de Antonino para os filhos.

Assim, acreditamos que realmente os primeiros Severos procuraram apoio entre os militares, mas não foram os únicos a fazer isso, nem se apoiaram apenas nos soldados. As bases da associação do imperador com o exército foram firmemente estabelecidas por Augusto, e os imperadores subseqüentes preservaram e reelaboraram estas idéias (CAMPBELL, 1984:409). Septímio Severo não tentou deliberadamente se basear unicamente no militarismo. Como todos os imperadores, ele baseou sua posição num suporte militar, mas também reconheceu a necessidade de acomodar os desejos das aristocracias, romanas e provinciais,

Depois da morte de Septímio, subiram ao poder seus dois filhos: Geta e Caracala. A rivalidade entre os dois imperadores tornou-se rapidamente manifesta. Caracala ordenou a eliminação de Geta pelos seus centuriões e buscou o apoio dos Pretorianos, prometendo-lhes uma distribuição de trigo e de moedas de prata (denários). Logo após o assassinato de Geta, ele se apresentou ao Senado, buscando também adquirir o seu apoio. Vários partidários de seu irmão e membros da sua corte foram executados, junto com possíveis candidatos ao cargo imperial, como um neto de Marco Aurélio. Durante o ano de 211 d.C., em que governaram de forma colegiada, tomaram duas medidas: aprovaram no Senado a *consecratio*

de Septímio e assinaram um tratado de paz com os povos invasores da Bretanha, o que foi considerado uma demonstração de fragilidade dos novos imperadores, que prefeririam o armistício à guerra. Caracala governou sozinho de 212 a 217 d.C. Aumentou o soldo dos legionários, causando inflação. Para combatê-la criou uma nova moeda, o Antoninos. Em 212 d.C. editou a *Constitutio Antoniniana*, uma lei imperial que concedia a cidadania romana a todos os homens livres do Império. Com esta medida, Caracala aumentou a arrecadação de impostos e a inscrição de soldados nas legiões. Somente Dion Cássio faz referência a esta medida legislativa tomada por Caracala:

“Esta foi a razão (necessidade de aumentar a arrecadação das taxas pagas pelos cidadãos) por que ele (Caracala) tornou todo o povo do Império cidadão romano. Nominalmente, ele os estava honrando, mas sua real proposta era aumentar os rendimentos, porque aumentava-se, assim, o número de pessoas que deveriam pagar as taxas” (Dion Cássio, LXXVIII, 9.3-7).

Caracala também enfrentou problemas nas fronteiras, como seu pai, e acabou assassinado por comandados de seu Prefeito do Pretório, Opélio Macrino, em 217 d.C.. As legiões estacionadas no Oriente tentaram eleger Advento, um dos Prefeitos do Pretório, como Imperador, mas este, alegando velhice, declinou do convite. As legiões elegeram, então, Macrino, o outro Prefeito do Pretório. Este tomou o nome dos Severos e deu o de Antonino a seu filho Diadumeno e neutralizou a invasão dos Partos. Todavia, a aristocracia romana e as legiões estacionadas no Ocidente lhe foram hostis. O maior perigo ao seu governo, contudo, demonstrou estar no interior do próprio Palácio: o poder de coalizão das princesas sírias. Júlia Mesa, irmã de Júlia Domna, e suas filhas Júlia Soêmia e Júlia Mamea conseguiram, após farta distribuição de moedas e da divulgação da notícia da existência de um filho de Caracala, que as legiões da Síria proclamassem Heliogábalo, filho de Soêmia, imperador. Macrino acabou sendo morto junto com seu filho na Bitínia pelos soldados que anteriormente haviam legitimado o seu poder.

Heliogábalo foi apresentado às tropas como sucessor direto dos Severos, em 218 d.C., como o propalado filho de Caracala. Para debelar a oposição, mandou executar vários governadores provinciais, legados legionários e senadores. A fim de manter um certo equilíbrio nas contas do Tesouro, multiplicou as execuções e os conseqüentes confiscos dos bens dos condenados. Seus costumes orientalizantes são ressaltados pelas fontes como motivo de descontentamento da aristocracia romana, desde sempre autoproclamada defensora do *mos maiorum*. Heliogábalo

se apresentava vestido com roupas orientais e gastava muito tempo fazendo culto ao deus Elagabal de Emesa, um meteorito negro trazido para Roma. A crise econômica se manteve e as despesas aumentaram com o serviço de corte e com a manutenção do exército. O agravamento da situação fronteiriça, com o acirramento das invasões, principalmente no lado oriental do Império, acabou concorrendo para a eliminação de Heliogábalo e de Júlia Soêmia pelos Pretorianos, em 222 d.C., que entregaram o poder ao filho de Júlia Mamea, Severo Alexandre.

Este buscou apoio no exército e no Senado conjuntamente, o que lhe valeu a entrada no rol dos denominados “Bons Imperadores” na historiografia imperial de cunho aristocrático. Tinha apenas quinze anos quando ascendeu ao poder e acabou sendo bastante influenciado pelas mulheres de sua família. Devolveu o deus Elagabal a Emesa e retirou de cargos importantes homens fiéis a Heliogábalo. Porém, com a iminência da guerra contra os Persas Sassânidas, começaram a surgir algumas rebeliões militares nas legiões alocadas no Egito e na Síria, que tinham a intenção de provocar uma mudança de imperador. As dificuldades econômicas continuavam e geravam a inflação, o que acabava por diminuir o poder de compra dos soldados, acarretando um aumento do descontentamento das legiões. Agitações internas, como a da Mauritânia em 227 d.C., e os combates sucessivos, como contra os Persas em 231-232 d.C. e contra os Alamanos em 234-235 d.C., enfraqueceram o Tesouro, o exército e o imperador. Tornaram-se comuns os movimentos de soldados provenientes de áreas ocidentais, desejosos de abandonar os campos de batalha no Oriente e retornar às suas terras de origem.

Neste ínterim, toda vez que rumores de negociações com os invasores em termos prejudiciais para Roma apareciam, a fraqueza do imperador se tornava ainda mais evidente. Desta forma, em 235 d.C., Severo Alexandre e sua mãe acabaram sendo assassinados a mando de um antigo soldado de origem trácia, chamado Maximino, que rapidamente se fez aclamar imperador. Soldado de carreira, descendente de pastores, ele não buscou legitimação estabelecendo laços fictícios com os imperadores anteriores, mas trilhou caminhos novos à frente do Império, enfrentando vários movimentos de oposição à sua pessoa e ao seu governo.

O governo de Maximino inicia um período conhecido como “Anarquia Militar,” “Crise do Terceiro Século” ou “Período dos Imperadores-Soldados”, que se estendeu de 235 a 284 d.C., quando chegou ao poder Diocleciano com uma nova proposta de governo para o Império, chamada de Tetrarquia. Durante este período, muitos aspectos se modificaram no interior do *limes* imperial.

O termo “Anarquia Militar”, o mais utilizado na historiografia concernente ao período, indica a situação do Império em termos políticos. A maioria absoluta dos imperadores foi escolhida de forma rápida, pelas legiões estacionadas nas fron-

teiras, para substituir governantes mortos nos campos de batalha, em guerras travadas contra os vários invasores. O Império apresentava fraquezas políticas e econômicas internas, e os povos que cercavam o *limes* se aproveitaram da situação para entrarem em territórios romanos. As tropas precisavam de bons generais e estrategistas e procuraram imperadores que tivessem este perfil. Maximino foi um bom exemplo. Tratava-se de um general de carreira que ascendeu ao poder apenas para controlar a invasão persa e governou de 235 a 238 d.C. Enquanto Maximino guerreava contra os invasores, na África eram proclamados imperadores o procônsul da província, Gordiano I, e seu filho, Gordiano II, que acabaram massacrados por legiões imperiais, em 238 d.C. Neste mesmo ano, os senadores tentaram acalmar a situação, indicando para o cargo de imperador os senadores Pupieno e Balbino, mas soldados provinciais invadiram a Península Itálica e mataram Pupieno, Balbino e Maximino. Acabou sendo aclamado imperador um menino de apenas treze anos, um *Princeps Puer*, neto de Gordiano I, chamado Gordiano III, tutelado pelo Prefeito do Pretório, Timesiteu, que governou de 238 a 244 d.C. Ele enfrentou guerras contra os Godos e os Persas e, por demonstrar fraqueza como general, acabou assassinado pelos soldados.

Sucederam-se vários governantes, cujas principais características, responsáveis por dar-se ao período a nomenclatura tradicional de “Anarquia Militar” foram: a) eram aclamados pelos legionários estacionados nas fronteiras, na procura por bons generais capazes de rechaçar as invasões e proteger os limites do Império; b) ficaram pouco tempo no governo; c) acabaram morrendo pelas mãos dos invasores ou por revoltas dentro das tropas insatisfeitas com suas estratégias de combate; d) raramente conseguiam indicar seus sucessores; e) dificilmente tinham tempo de imputar uma característica própria ao seu governo, que não fosse a mera necessidade de defender as fronteiras. Deste modo, o nome de Anarquia se deve ao tempo curto de governo dos imperadores deste período, e o adjetivo militar vem da necessidade de todos demonstrarem serem bons combatentes e terem sido escolhidos pelos legionários.

Após Gordiano III, subiram ao poder Filipe, o Árabe (244 a 249 d.C.), aclamado e assassinado pelas legiões. A seguir, veio Décio (240 a 251 d.C.), responsável pela maior perseguição aos cristãos, indicados como responsáveis pela peste que assolava o Império, por se recusarem a prestar culto aos imperadores e aos deuses pagãos. Morreu em combate contra os Godos, sendo sucedido por Treboniano Galo e Volusiano (251 a 253 d.C.), que também morreram em combate, tendo travado batalhas contra Godos, Francos e Alamanos. Emiliano ficou no poder apenas poucos meses do ano de 253 d.C. e morreu em combate.

Pior destino teve seu sucessor, Valeriano, que governou de 253 a 260 d.C. e sofreu várias tentativas de usurpação ao longo de seu governo; acabou capturado pelos Persas, tornado escravo e por eles assassinado. Sucedeu-o seu filho, Galieno, filho de nascimento, que governou o Império de 260 a 268 d.C. e acabou sendo assassinado pelas suas próprias legiões. Veio, então, Cláudio II, conhecido como Gótico, por ter vencido os Godos. Governou de 268 a 270 d.C. e morreu em combate contra os próprios Godos, que antes havia vencido. Sucedeu-o Aureliano, que lutou contra Alamanos, Marcomanos, Vândalos e Godos. Preocupado com a proteção da cidade de Roma, mandou construir uma nova muralha, mais ampla e forte que a anterior, além de estimular o culto ao deus *Sol Invictus*, representado pela imagem do sol o olho que tudo vê, ilumina, aquece e protege. Governou de 270 a 275 d.C. e morreu em combate. Foi sucedido por Tácio (275 a 276 d.C.), membro da ordem senatorial, Probo (276 a 282 d.C.), militar de carreira e Caro (282 a 283 d.C.), todos mortos em combate. Caro passa o poder aos filhos Carino (283 d.C.) e Numeriano (284-285 d.C.), ambos assassinados por suas legiões. Em 284 d.C., como dissemos, abre-se uma nova ordem com a organização do sistema político da Tetrarquia por Diocleciano, que buscou evitar os principais problemas detectados neste período de Anarquia Militar: a excessiva participação das legiões alocadas nas fronteiras na escolha dos imperadores, o pequeno período de governo dos Príncipes e a dificuldade de um governante de indicar seu sucessor, abrindo um vácuo no poder a cada morte em combate. Com tantos governantes em tão pouco tempo, ficava difícil estipular uma forma de defesa de fronteiras que se mantivesse por mais tempo, tornando a defesa realmente eficaz e trazendo os resultados prometidos.

Muitos destes imperadores eram apenas conhecidos por suas próprias legiões. Quase nenhum esteve em Roma durante seus governos e não tiveram tempo de solicitar que sua ascensão ao comando imperial fosse ratificada pelos senadores.

Assim, no período da chamada “Anarquia Militar”, o Império Romano enfrentou problemas de diversas ordens. A crise política se expressava pela intervenção constante das legiões de fronteira, pelas lutas civis e pela impossibilidade de se organizar novas dinastias no poder, visto que não se conseguiu implementar uma política sucessória coerente. Um imperador legítimo nada mais era que um usurpador vitorioso. A crise militar também era profunda, pois havia invasores atacando em várias frentes, tanto no Ocidente quanto no Oriente. E os ataques eram contínuos e fortes, como nunca haviam sido anteriormente. Também se percebia uma crise econômica, refletida nos gastos continuados com o exército, com a corte e com a burocracia, que crescia com a ausência do imperador de Roma, empenhado em estar nas várias frentes de batalha nas fronteiras. Além disso, há

muito que as pilhagens eram executadas pelos invasores em direção aos territórios romanos, e não mais dos romanos em territórios invadidos. Os escravos rarearam e se tornavam caros, o que impulsionou a implantação do sistema do colonato, como forma de garantir mão-de-obra para as *villae* e para os *latifundia*. A pirataria no Mar do Norte aumentava, e o banditismo chegava a taxas altas. As cidades se esvaziavam, com os aristocratas fugindo da cobrança de impostos e da ameaça de invasões.

Acrescente-se a tudo isso uma complexa crise moral e religiosa, visto que os romanos passaram a se perguntar o que levava o Império a ser atacado em tantas frentes e não conseguir se defender a contento. Por que os deuses não os protegiam mais? Algo havia rompido a *pax deorum*, e os cristãos foram indicados como os responsáveis por esta falha na relação homens-divindades, já que se negavam a cultuar as divindades pagãs.

Muito pouco dinheiro foi gasto em construções, pois tudo era consumido nos esforços de guerra. Deste modo, a Arqueologia pouco pode ajudar no que concerne ao conhecimento mais aprofundado deste período. Fora a construção das muralhas de Aureliano em Roma e de alguns fortes, não há muitos vestígios de construções neste período. Da mesma forma, não havia tempo nem dinheiro para a edição de livros, o que limita o conhecimento acerca deste anos de guerras contínuas. Entretanto, a epigrafia e a numismática podem ajudar no melhor conhecimento deste período.

Segundo Christophe Badel e Agnès Bérenger, poucos períodos da História Romana apresentam tantos vazios de documentos quanto o terceiro século. Na época dos Severos, as fontes já começaram a rarear, mas elas foram-se tornando ainda mais raras ao avançar dos anos. As inscrições epigráficas se tornam poucas a partir de 225 d.C., e as fontes literárias desaparecem após 240 d.C., para reaparecerem ao final do IV século d.C. Durante muito tempo se impôs a visão de uma crise longa que tinha atingido todo o Império ao mesmo tempo. Os autores senatoriais, hostis ao imperadores-soldados, foram a origem desta lenda. Hoje as inscrições provam que o sistema político do Alto Império permaneceu estável até ao menos os anos de 260 e que a organização da cidades, célula base do Império, não passou por modificações fundamentais. Tem-se passado da concepção de uma crise política longa para uma crise política mais curta (260-270 d.C.) e mais limitada em seus efeitos. Atualmente, a documentação epigráfica e numismática tem atraído a atenção para as modulações espaciais da evolução da crise, isto é, os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais não afetaram todo o Império ao mesmo tempo e com a mesma intensidade. Certas zonas foram tocadas mais tardiamente, outras muito cedo, mas nunca todas as zonas imperiais ao mes-

no tempo. Não se crê mais numa idéia geral de crise total no Império (BADEL; BÉRENGER, 1998:8), mas por falta de um novo termo continua-se a utilizar expressões como “Anarquia Militar”, “Crise do Terceiro Século” e “Período dos Imperadores-Soldados” para caracterizar e conceituar o período em estudo.

Portanto, tratamos aqui de uma época de inflexão, um período de mutação e de transição, que afetou com ritmo próprio todo o Império, como demonstram Xavier Lorient e Daniel Nony. Estes autores confirmam que este período, sob uma aparente confusão, apresenta-se como um amplo campo de estudos que se oferece aos pesquisadores. Com a crise, e por meio das soluções que ela impôs, desenha-se um mundo novo: os invasores tornaram-se mais bem conhecidos, bem como a ameaça que eles representavam levou à reforma do exército e de todos os mecanismos de comando e de financiamento. A extensão do Império e a sua heterogeneidade econômica e cultural colocaram o problema de seu governo e de sua administração. A descentralização foi-se demonstrando necessária numa época em que Roma, a cidade, não era mais o centro único e incontestado de poder (1997:7-8). Muitos governantes morreram sem terem a oportunidade, por exemplo, de conhecer a cidade sede do Império.

Foi um ilírio de nascimento, também proclamado imperador pelas legiões, quem buscou resolver algumas destas questões, com a implantação da Tetrarquia. Diocleciano foi um reformador e um criador no que se refere à divisão do Império, para melhor gerenciá-lo, e à questão da sucessão, no intuito de evitar vácuos no poder, entre um governo e outro. Questões estas particularmente difíceis de serem solucionadas no período em estudo e que serão tratadas no capítulo seguinte.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

- CASSIO DIONE. *Storia Romana*. Traduzione di Alessandro Stroppa. Milano: BUR, 1998.
- Catalogue du Musée du Capitole*. Paris: Payot, 1912.
- Dio's Roman History*. English translation by Earnest Cary. London: William Heinemann, 1961. v.9 (The Loeb Classical Library).
- Epitome de Caesaribus*. Traduction de M.N.A. Dubois. Paris: C.L.F. Panckoucke, 1846.

- ERODIANO. *Storia dell'Impero Romano dopo Marco Aurelio*. Testo e versione di Filippo Càssola. Firenze: Sansoni, 1967.
- EUTROPE. *Abrégé de l'Histoire Romaine*. Traduction et introduction par Maurice Rat. Paris: Garnier, 1990.
- HERODIANO. *Historia del Imperio Romano después de Marco Aurélio*. Traducción y notas por Juan J. Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 1985.
- HÉRODIEN. *Histoire de l'Empire Romain après Marc-Aurèle*. Traduit et commenté par Denis Roques. Paris: Les Belles Lettres, 1990.
- MATTINGLY, H.; SYDENHAM, E. A. (ed.). *The Roman Imperial Coinage*. London: Spink and Son, 1936. V. 4, partes 1 e 2.
- _____ (ed.). *Coins of the Roman Empire in the British Museum*. London: British Museum, 1950. V.5.
- SEXTUS AURELIUS VICTOR. *Histoire des Césars*. Traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975.
- The Scriptorum Historiae Augustae*. English translation by David Magie. London: William Heinemann, 1953. V. 1 e 2 (The Loeb Classical Library).

Bibliografia

- ALFOLDY, A. La Grande Crise du Monde Romain au III Siècle. *L'Antiquité Classique*. Bruxelles, 7:5-18, 1938.
- ALFÖLDY, G. *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.
- _____. The Crisis of the Third Century as Seen by Contemporaries. *Greek, Roman and Byzantine Studies*. Durham, 15:89-111, 1974.
- BAHARAL, D. *Victory of Propaganda*. Oxford: Tempus Reparatum, 1996.
- BADEL, Ch.; BÉRENGER, A. *L'Empire Romain au III Siècle après J. C.* Paris: SEDES, 1998.
- CAMPBELL, J. B. *The Emperor and the Roman Army*. Oxford: Clarendon Press, 1984.
- CARRIÉ, J.-M.; ROUSSELLE, A. *L'Empire Romain em Mutation, des Sévères à Constantin*. Paris: Seuil, 1999.
- CEULENEER, A. *Essai sur la Vie et le Règne de Septime Sévère*. Liège: Université de Liège, 1874.
- CHASTAGNOL, A. *Le Bas-Empire*. Paris: armand Colin, 1969.

- DE MARTINO, F. *Storia della Costituzione Romana*. Napoli: Dott. Eugenio Jovene, 1974. v.4, parte 1.
- _____. *Storia della Costituzione Romana*. Napoli: Dott. Eugenio Jovene, 1975. v.4, parte 2.
- GRIMAL, P. *O Século de Augusto*. Lisboa: Setenta, 1997.
- _____. *O Império Romano*. Lisboa: Setenta, 1999.
- HARMAND, L. Le Monde Romain sous les Antonins et les Sévères. *L'Information Historique*. Paris, 22(1):21-29, 1960.
- LE BOHEC, Y. *L'Esercito Romano*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1989.
- LE GALL, J.; LE GLAY, M. *L'Empire Romain*. Paris: PUF, 1989.
- LE GLAY, M.; VOISIN, J.-L.; LE BOHEC, Y. *Histoire Romaine*. Paris: PUF, 1991.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994.
- LO CASCIO, E. Fra Equilibrio e Crisi. In: MOMIGLIANO, A.; SCHIAVONE, A. (dir.). *storia di Roma*. Torino: Giulio Einaudi, 1991. V. 2(2), pp.701-731.
- LORiot, X.; NONY, D. *La Crise de l'Empire Romain (235-285)*. Paris: armand Colin, 1997.
- MANNI, E. La Lotta di Settimio Severo per la Conquista del Potere. *Rivista di Filologia Classica*. Torino, 75:211-243, 1947.
- MAZZA, M. *Lotte Sociali e Restaurazione Autoritaria nel III Secolo d.C.* Catania: Università, 1970.
- ROMAN, Y. *Le Haut-Empire Romain*. Paris: Ellipses, 1998.